

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

(Do Sr. Marcos Montes)

Altera o art. 37 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 37 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais e vegetais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo." (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10

Art. 37. É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais e vegetais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A classificação de soja grão no Brasil tem sido realizada ao longo de anos sem a adoção de uma metodologia padrão a ser assumida para todo o território nacional e que fosse estabelecida em lei. Como consequência, o sojicultor tem ficado a mercê de empresas compradoras, cada uma aplicando critérios de classificação convenientes aos seus próprios interesses, levando fatia considerável dos lucros do produtor. Segue abaixo um diagnóstico em loco da situação da classificação da soja no Brasil, realizado para o Estado do Mato Grosso, maior produtor e exportador da oleaginosa do país.

Por se tratar de uma commodity, a soja em grão apresenta um padrão mundial de qualidade sendo classificada quanto ao Teor de Umidade, Quantidade de Impureza e Matérias Estranhas e Grãos Avariados. É comum entre as empresas que atuam na exportação desta oleaginosa a adoção do padrão de classificação CONCEX, sigla para Conselho Nacional do Comércio Exterior, que definiu tolerância de até 14,0% de umidade, 1,0% de impurezas, 8,0% de avariados, estes últimos com até 5,0% de ardidos (totalmente fermentados e escurecidos), 10,0% de grãos verdes e 30,0% de grãos quebrados.

O Brasil possui, ainda, a Instrução Normativa nº 11, de 15 de maio de 2007, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA,

que é regulamentada pela Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000. A Instrução Normativa estabelece o Regulamento Técnico da soja, definindo o padrão oficial de classificação, considerando seus requisitos de identidade e qualidade intrínseca e extrínseca, de amostragem e de marcação ou rotulagem, na forma do seu anexo.

Ocorre que estudos recentes realizados pela Universidade Federal de Viçosa – UFV e pela empresa credenciada junto a Conab, O Classificador, comprovaram a existência de discrepância nos resultados obtidos na classificação da soja, seja entre as próprias tradings compradoras seja na comparação com a Classificação Oficial estabelecida pelo MAPA.

Essa divergência entre padrões de classificação foi evidenciada no estudo apresentado pela empresa O Classificador Ltda., que coletou ao longo da safra 2007/08 557 amostras de soja, diretamente de caminhões que estavam prestes a descarregar o produto em alguma trading, no Estado do Mato Grosso. As amostras foram, então, submetidas à classificação oficial, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2007 e os resultados foram confrontados àqueles obtidos para a mesma carga na classificação realizada pela trading.

A conclusão do estudo é que houve diferenças na classificação tanto para mais quanto para menos. Nos itens Impurezas, Ardidos e Esverdeados a classificação das tradings resultou em valores maiores. Já nos itens Umidade, Avariados e Quebrados ocorreu o inverso.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de se determinar em lei a adoção de um padrão oficial de classificação para os produtos vegetais, a exemplo do que já ocorre para produtos animais, para sanar a lacuna deixada em lei e que tanto tem prejudicado os sojicultores brasileiros. Para isso, a alteração proposta se mostra necessária e suficiente para que passe a ser adotado obrigatoriamente o padrão oficial de classificação já estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Deputado Marcos Montes